

ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO IFMS

BETWEEN PRESCRIBED AND LIVED: ANALYSIS OF THE SCHOOL FEEDING POLICY TRAJECTORY AT THE FEDERAL INSTITUTE OF MATO GROSSO DO SUL (IFMS)

ENTRE LO PRESCRITO Y LO REALIZADO: ANÁLISIS DE LA TRAYECTORIA DE LA POLÍTICA DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN EL IFMS

Isabela Adami Ferreira¹, Anderson Martins Correa², Juliana Danielly de Rezende Miguel³

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6617

Recibido: 13/08/2026 | Aceptado: 14/08/2026 | Publicación en línea: 31/08/2026.

RESUMO

O direito à alimentação escolar, garantido constitucionalmente desde 1988 e ampliado para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pela Lei n. 11.947/2009, permaneceu por quase uma década aquém de sua efetivação prática no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), evidenciando assimetria persistente entre o texto normativo e o contexto institucional. Este artigo investiga a trajetória de implementação dessa política no IFMS entre 2017 e 2025, com o propósito de identificar os condicionantes que moldaram esse percurso e as aprendizagens dele decorrentes. Fundamentada no ciclo de políticas de Ball (1994) e na perspectiva da memória institucional, a investigação adotou abordagem qualitativa com estudo de caso, triangulando análise documental de 37 normativos federais, dados de formulário semiestruturado aplicado a treze participantes (F1 a F13) e entrevistas complementares com dois gestores institucionais, identificados como E1 e E2. Os resultados evidenciaram que a política se consolidou em cinco fases (preparatória, experimental, pandêmica, de institucionalização e de universalização), marcadas por heterogeneidade entre os *campi*, descontinuidade documental e déficit de pessoal especializado; 53% dos respondentes apontaram insuficiência de força de trabalho como principal entrave e 46% indicaram instabilidade orçamentária. Conclui-se que a sustentabilidade da política exige contrapartida orçamentária estruturada, presença de responsável técnico e um sistema de monitoramento multidimensional que articule indicadores nutricionais, pedagógicos e econômicos.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. PNAE. Educação Profissional. Institutos Federais. Permanência Estudantil. Ciclo de Políticas.

¹Mestrando Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: isabela.ferreira@ifms.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9265-0930>

²Doutor em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: anderson.correa@ifms.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3354-9764>

³Doutora em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: juliana.miguel@ifms.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7769-4536>

ABSTRACT

The right to school feeding, constitutionally guaranteed since 1988 and extended to Professional and Technological Education (PTE) by Law No. 11.947/2009, remained for nearly a decade below its practical realization at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS), revealing a persistent asymmetry between normative text and institutional context. This article investigates the implementation trajectory of this policy at IFMS between 2017 and 2025, aiming to identify the factors that shaped this process and the lessons derived from it. Grounded in Ball's (1994) policy cycle and the perspective of institutional memory, the study adopted a qualitative case study approach, triangulating documentary analysis of 37 federal normatives, data from a semi-structured questionnaire applied to thirteen participants (F1 to F13), and complementary interviews with two institutional managers, identified as E1 and E2. Results show that the policy consolidated across five phases (preparatory, experimental, pandemic-related, institutionalization, and universalization), marked by heterogeneity among campuses, documentary discontinuity, and a deficit of specialized personnel; 53% of respondents identified insufficient workforce as the primary constraint and 46% pointed to budgetary instability. The study concludes that sustainability requires structured budgetary support, a nutritionist as technical lead, and a multidimensional monitoring system articulating nutritional, pedagogical, and economic indicators.

Keywords: School Feeding. PNAE. Professional Education. Federal Institutes. Student Retention. Policy Cycle.

RESUMEN

El derecho a la alimentación escolar, garantizado constitucionalmente desde 1988 y ampliado a la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) por la Ley n. 11.947/2009, permaneció durante casi una década por debajo de su efectividad práctica en el Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), evidenciando una asimetría persistente entre el texto normativo y el contexto institucional. Este artículo investiga la trayectoria de implementación de esta política en el IFMS entre 2017 y 2025, con el propósito de identificar los condicionantes que moldearon ese recorrido y los aprendizajes derivados de él. Fundamentada en el ciclo de políticas de Ball (1994) y en la perspectiva de la memoria institucional, la investigación adoptó un enfoque cualitativo con estudio de caso, triangulando análisis documental de 37 normativos federales, datos de un formulario semiestructurado aplicado a trece participantes (F1 a F13) y entrevistas complementarias con dos gestores institucionales, identificados como E1 y E2. Los resultados evidencian que la política se consolidó en cinco fases (preparatoria, experimental, pandémica, de institucionalización y de universalización), marcadas por heterogeneidad entre los campus, discontinuidad documental y déficit de personal especializado; el 53% de los respondentes señaló insuficiencia de fuerza laboral como principal obstáculo y el 46% indicó inestabilidad presupuestaria. Se concluye que la sostenibilidad exige contrapartida presupuestaria estructurada, nutricionista como responsable técnico y un sistema de seguimiento multidimensional que articule indicadores nutricionales, pedagógicos y económicos.

Palabras clave: Alimentación Escolar. PNAE. Educación Profesional. Institutos Federales. Permanencia Estudiantil. Ciclo de Políticas.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O reconhecimento constitucional do direito à alimentação escolar, inscrito no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, e a sua progressiva consolidação como política de Estado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam avanços normativos inegáveis na trajetória da educação pública brasileira. Todavia, a concretização desse direito no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia permaneceu, por quase uma década após sua inclusão formal no PNAE pela Lei n. 11.947/2009, distante da realidade institucional cotidiana, o que configura assimetria expressiva entre o texto normativo e o contexto da prática.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), criado pela Lei n. 11.892/2008 e com *campi* em operação a partir de 2010, constitui caso paradigmático dessa assimetria, visto que aproximadamente dez anos separaram a criação da instituição da universalização da oferta de refeições em seus dez campi. Esse intervalo não se explica apenas por limitações financeiras, mas pela complexidade inerente à recontextualização de políticas públicas em ambientes institucionais heterogêneos, nos quais cada unidade dispõe de condições estruturais, gerenciais e territoriais distintas, que condicionam de maneira singular a tradução das prescrições nacionais em práticas locais.

Esse cenário configura o problema central desta investigação: como se desenvolveu a trajetória de implementação da política de alimentação escolar no IFMS, quais condicionantes estruturais e gerenciais moldaram esse percurso, e que aprendizagens emergem para qualificar sua continuidade? Para respondê-lo, o estudo tem como objetivos específicos catalogar e periodizar a legislação federal sobre alimentação escolar entre 1988 e 2025; correlacionar seus fundamentos aos documentos normativos institucionais; reconstruir as fases de implementação da política; e sistematizar lições aprendidas com valor heurístico para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A relevância do estudo assenta-se em dois eixos complementares: do ponto de vista acadêmico, a literatura sobre alimentação escolar na EPT permanece incipiente, especialmente no que se refere à análise de Institutos Federais à luz do ciclo de políticas; e, do ponto de vista prático, aproximadamente 54% dos estudantes do IFMS vivem em condição de vulnerabilidade socioeconômica, o que torna a alimentação escolar um componente crítico de equidade e

permanência educacional, e não um benefício acessório da assistência estudantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Ciclo de Políticas de Ball e a Recontextualização Local

A abordagem do ciclo de políticas, originalmente formulada por Bowe; Ball; Gold (1992) e continuamente refinada por Ball (1994) e Ball; Maguire; Braun (2016), oferece instrumental analítico que recusa a leitura tecnocrática das políticas públicas como sequência linear de decisões centrais a serem simplesmente executadas pelas instâncias locais. Para esses autores, as políticas são textos e discursos que precisam ser interpretados, traduzidos e recontextualizados pelos sujeitos nos diferentes contextos em que incidem, o que envolve disputas, criatividade e adaptação, jamais mera implementação mecânica.

O modelo identifica cinco contextos, sendo: o contexto de influência, onde os interesses e discursos em disputa constroem as premissas das políticas; o contexto de produção do texto, onde os documentos normativos são elaborados e a política ganha sua forma prescrita; o contexto da prática, onde as políticas são vivenciadas, interpretadas e transformadas pelos profissionais que as operacionalizam; o contexto dos resultados que são as consequências reais da política; e o contexto da estratégia política que transforma as experiências em conhecimentos coletivos, propondo ações para a melhoria e continuidade da política pública (Ball, 1994). Para este momento utilizaremos os contextos da influência, produção de texto e prática. É nesse terceiro que emergem as tensões mais significativas entre o prescrito e o realizado, e é precisamente nesse contexto que esta investigação prioriza ao reconstruir a trajetória do IFMS.

Ball; Maguire; Braun (2016) aprofundam esse entendimento ao propor o conceito de política em ação, que distingue a mera implementação da encenação criativa que os sujeitos operam ao interpretar e adaptar as políticas às condições locais disponíveis. Essa distinção é central para compreender por que cada *campus* do IFMS traduziu as prescrições do PNAE em arranjos condicionados por suas possibilidades concretas de infraestrutura, pessoal e orçamento, produzindo soluções heterogêneas que expressam tanto a agência dos gestores quanto os limites estruturais de sua atuação.

Alimentação Escolar como Direito Social na EPT

A alimentação escolar brasileira percorreu longa trajetória de transformações conceituais e normativas: de iniciativas assistencialistas e centralizadas na década de 1950, calcadas na distribuição de excedentes alimentares, até sua consolidação como direito social na Constituição de 1988 e como política de Estado com o PNAE. Conforme analisam Chaves *et al.* (2013, p. 14), esse percurso implicou a transição "de uma perspectiva assistencialista e centralizada para uma abordagem que integra segurança alimentar, desenvolvimento local e controle social, consolidando-se progressivamente como um direito social de caráter universal".

A inclusão da EPT no PNAE, operada pela Lei n. 11.947/2009, representou ruptura normativa relevante ao reconhecer que os estudantes dos cursos técnicos e tecnológicos, frequentemente em regime integrado, também são sujeitos de direito à alimentação escolar. Contudo, essa ampliação encontrou nas instituições da Rede Federal uma realidade de expansão acelerada de *campi* sem correspondente provisão de infraestrutura alimentar, gerando a assimetria entre o texto da lei e o contexto da prática que esta investigação busca iluminar.

A alimentação escolar deve ser entendida, fundamentalmente, como um direito social com finalidade própria, pautada na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, e não como um instrumento cuja legitimidade esteja condicionada à comprovação de impactos em outros indicadores. Nessa perspectiva, seus efeitos mais imediatos vinculam-se às condições de renda e à segurança alimentar das famílias beneficiadas, atuando de modo complementar e integrado às demais políticas de assistência estudantil, notadamente as voltadas ao ensino, que são essenciais para a permanência dos estudantes e para a promoção da equidade educacional na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A perspectiva da memória institucional, ancorada em Halbwachs (2006) e Le Goff (1990), complementa esse referencial ao evidenciar como determinadas políticas podem ser silenciadas, negligenciadas ou ressignificadas ao longo do tempo, e como a preservação ativa dessa memória é condição para a sustentabilidade das políticas para além dos ciclos de gestão, e no caso do IFMS, o silêncio do PDI 2014-2018 sobre a alimentação escolar e o protagonismo crescente do tema nos documentos subsequentes expressam precisamente essa dinâmica de apagamento e recuperação da memória institucional.

METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como estudo de caso de natureza qualitativa, com caráter descritivo-analítico, centrado na trajetória de implementação da política de alimentação escolar no IFMS entre 2017 e 2025. Essa delimitação temporal corresponde, respectivamente, ao início das primeiras ações institucionais de educação alimentar e nutricional (EAN) e ao anúncio da universalização da oferta em todos os dez *campi*. A opção pelo estudo de caso justifica-se pela singularidade do objeto investigado e pela profundidade analítica que essa abordagem propicia à compreensão de fenômenos complexos em seus contextos específicos (Yin, 2015).

A produção dos dados valeu-se da triangulação de três fontes complementares:

- a) análise documental, abrangendo trinta e sete normativos federais sobre alimentação escolar (1988-2025), os três ciclos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS (2014-2018, 2019-2023 e 2024-2028), a Política de Alimentação Escolar aprovada pela Resolução COSUP n. 20/2023 e 408 processos administrativos identificados no sistema SUAP;
- b) entrevistas semiestruturadas com dois sujeitos, identificados como E1 e E2 para preservar o anonimato, selecionados intencionalmente por sua participação direta em fases distintas da implementação da política (*campi* Corumbá e Dourados, respectivamente), representando os dois modelos de oferta, autogestão com alimentação quente e terceirização com merenda fria;
- c) formulário semiestruturado respondido por treze gestores institucionais, identificados como F1 a F13, abrangendo representantes da Reitoria e de *campi* com diferentes modalidades de oferta, cujos dados quantitativos e qualitativos complementaram as construções emergentes das entrevistas.

Os procedimentos éticos foram rigorosamente observados, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, assinatura de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes e armazenamento seguro dos dados em repositório de acesso restrito à equipe de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dimensão Histórico-institucional: do Silêncio Normativo à Conquista

A análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional revela, com precisão incomum, a trajetória de reconhecimento da alimentação escolar como objeto de política, uma vez que o PDI 2014-2018 sequer menciona o tema entre suas metas estratégicas, enquanto o PDI 2019-2023 introduz a meta de implementação em cinco *campi* sem mecanismos de monitoramento, e apenas o PDI 2024-2028 consolida a política como componente estruturante da assistência estudantil, em alinhamento com as estratégias do Plano Nacional de Educação 2026-2036. Esse percurso documenta o que Ball (1994) denomina processo de recontextualização, no qual a política nacional é gradualmente assimilada ao texto institucional com defasagem de uma década em relação à sua produção normativa original.

A reconstituição empírica da trajetória permitiu mapear cinco fases sucessivas, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1. Fases de implementação da política de alimentação escolar no IFMS (2017-2025)

2017-2019 Preparatória Projetos Peso Saudável e Cantina Saudável. Sem oferta regular de refeições.	2019-2020 Pioneira Refeição quente em Corumbá e merenda fria em Aquidauana. Sem padronização.	2020-2021 Pandemia Kits às famílias do EMI. Estudos técnicos para retomada pós-pandemia.	2022-2023 Institucionalizaçã o Política aprovada (Res. COSUP n. 20/2023). Acordo SED/MS. Atuação do MPF.	2024-2025 Universalização R\$ 19,9 mi em obras. Oferta nos 10 <i>campi</i> . PNE Estratégias 4.8 e 11.7.
--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

Na fase preparatória (2017-2019), as ações concentraram-se nos projetos “Peso Saudável” e “Cantina Saudável”, na fase pioneira (2019-2020), as primeiras refeições regulares foram ofertadas por impulso predominantemente local: o campus Corumbá implementou refeição quente em regime de autogestão, motivado pela vulnerabilidade de seus estudantes e por processo eleitoral na unidade (E1, entrevista concedida aos autores, 2025), já o campus Aquidauana iniciou com merenda seca por autogestão e em seguida migrou para a alimentação quente. Na fase de institucionalização (2022-2023), o salto qualitativo mais expressivo materializou-se com a aprovação da Política de Alimentação Escolar (Resolução COSUP n. 20/2023) e a atuação do Ministério Público Federal, motivada por denúncias relacionadas à ausência de infraestrutura para a oferta. Esse papel é reconhecido por F1, que afirma que 'na ausência desses órgãos federais

indutores, a decisão sobre a oferta de alimentação escolar tornar-se-ia exclusivamente discricionária' (F1, resposta ao formulário, 2025), ao passo que Campo Grande, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas optaram pela terceirização com merenda fria, demonstrando heterogeneidade na escolha, que segundo Ball; Maguire; Braun (2016) denominam a política em ação, na qual cada unidade recontextualiza as ausências normativas em soluções pragmáticas condicionadas por suas possibilidades concretas. Na fase de universalização (2024-2025), um investimento federal de R\$ 19,9 milhões em infraestrutura impulsionou a oferta em todos os dez campi, convergindo com as diretrizes do PNE 2026-2036.

Dimensão Gerencial-operacional: Entraves Estruturais e Dados Quantitativos

A dimensão gerencial-operacional é aquela em que as tensões da política se manifestam com maior nitidez empírica. O quadro 1 sintetiza os principais entraves identificados pelos treze respondentes do formulário:

Quadro 1. Principais entraves à implementação da política de alimentação escolar no IFMS		
Categoria do entrave	Frequência	Evidência qualitativa associada
Insuficiência de força de trabalho	53%	Sobrecarga de servidores, acúmulo de funções e ausência de equipe técnica especializada
Restrição orçamentária	46%	Repasse FNDE de R\$ 0,36/aluno/dia insuficiente; dependência de contrapartida institucional
Déficit de infraestrutura física	38%	<i>Campi</i> sem cozinha ou refeitório; expansão da Rede Federal sem previsão de espaços alimentares
Desafios no processo de gestão	38%	Ausência de padronização de processos de planejamento, operação e controle entre as unidades
Controle de comensais	15%	Dificuldades operacionais no registro e na distribuição de refeições
Compromissos com fornecedores	15%	Descontinuidade no fornecimento; dificuldade de cumprir o percentual da agricultura familiar

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2025).

A leitura do Quadro 1 revela dado analiticamente central: dos treze respondentes, apenas quatro identificaram um único entrave, ao passo que os demais apontaram dois ou mais fatores concomitantes, o que evidencia a natureza sistêmica e interdependente dos obstáculos e a inadequação de soluções pontuais ou setorializadas para um desafio que é, em essência, estrutural.

A tensão orçamentária constitui outro nó estrutural dessa dimensão, ainda que se deva reconhecer que os recursos do FNDE têm, por definição legal, caráter suplementar, cabendo à

instituição executora arcar com a maior parte do custeio, pois o repasse federal de R\$ 0,36 por estudante ao dia mostrou-se insuficiente diante dos custos reais da oferta: no campus Corumbá, o custo médio estimado alcançou R\$ 9,46 por aluno ao dia em 2025, representando lacuna de aproximadamente 2.528% em relação ao valor transferido pelo FNDE (cerca de 26 vezes o repasse recebido). A ausência de responsáveis técnicos em quadro efetivo agrava esse cenário, conforme relato de F12:

[...] quando o IFMS contava com profissional nutricionista em seu quadro, eram elaborados relatórios mensais de acompanhamento, analisados e devolvidos com pareceres técnicos contendo recomendações específicas; esse fluxo permitia uma intervenção contínua, qualificada e permanente sobre a execução da alimentação escolar (E3, entrevista concedida aos autores, 2025).

Esse relato evidencia que a descontinuidade do acompanhamento especializado reduziu o monitoramento, em muitos *campi*, à simples prestação de contas dos recursos empregados, comprometendo tanto a avaliação técnica e nutricional da oferta quanto a capacidade institucional de aprimoramento contínuo da política.

Na apropriação das diretrizes do PNAE, os dados revelam assimilação ainda parcial: 53% dos respondentes afirmaram que as normas do programa fundamentaram a política institucional, mas 23% restringiram sua compreensão à dimensão orçamentária e outros 23% não souberam responder, o que configura o que Ball (1994) denomina apropriação seletiva do contexto de influência.

Dimensão Pedagógico-social: Direito e Lacunas Avaliativas

A terceira dimensão evidencia trajetória de reconhecimento progressivo da alimentação escolar como componente complementar à permanência estudantil, superando a lógica meramente assistencialista das fases iniciais da política, sendo o dado mais expressivo dessa dimensão é que 84% dos gestores respondentes percebem impacto positivo da política no desempenho acadêmico dos estudantes, percepção amplamente compartilhada, mas que não se apoia em indicadores institucionais sistematizados que correlacionem oferta alimentar à frequência, rendimento e evasão, o que configura, ao mesmo tempo, limitação empírica e agenda prioritária para as próximas etapas da política.

No que concerne à inclusão social e ao desenvolvimento regional, 68% dos respondentes reconhecem avanços concretos, com destaque para a compra da agricultura familiar como vetor

de desenvolvimento local, ao passo que 30% admitem a inexistência de mensuração sistematizada sobre esses efeitos, ou seja, a dimensão humana da experiência dos estudantes em vulnerabilidade é evidenciada, de forma mais contundente, nos fragmentos narrativos dos gestores: E2 descreve situações em que:

[...] havia estudantes que dividiam um lanche da cantina, inclusive no horário de almoço, e havia casos de colegas que repassavam sua refeição a outros que sugestivamente passavam por dificuldades alimentares em suas casas (E4, entrevista concedida aos autores, 2025).

Essas narrativas conferem espessura humana à política e tornam palpável o que os índices formais de vulnerabilidade socioeconômica apenas enunciam: na percepção dos gestores entrevistados, para uma parcela expressiva dos estudantes do IFMS, a refeição oferecida no campus pode representar a principal alimentação do dia.

CONCLUSÃO

Esta investigação demonstrou que a política de alimentação escolar no IFMS se constituiu como conquista institucional progressiva, consolidada em cinco fases sucessivas ao longo de quase uma década de trajetória marcada por heterogeneidade entre *campi*, descontinuidades documentais e persistentes desafios estruturais de pessoal, orçamento e infraestrutura.

Os dados quantitativos revelam que os principais entraves (insuficiência de pessoal especializado com 53%, restrições orçamentárias com 46% e déficit de infraestrutura com 38%) são sistêmicos e interdependentes, não se resolvendo por intervenções isoladas ou emergenciais.

A lacuna entre o repasse federal de R\$ 0,36/aluno/dia e o custo real verificado de R\$ 9,46/aluno/dia evidencia que a sustentabilidade da política exige planejamento orçamentário plurianual e contrapartida institucional estruturada, ao passo que a percepção positiva de 84% dos gestores sobre o impacto no desempenho acadêmico dos estudantes contrasta com a ausência de métricas sistematizadas, configurando o principal desafio para a próxima fase da política: a construção de um sistema de monitoramento multidimensional que articule indicadores nutricionais, pedagógicos e econômicos, superando definitivamente a lógica restrita da prestação de contas contábil.

As contribuições do estudo situam-se em três planos complementares: para a gestão institucional, a reconstituição histórica em cinco fases oferece roteiro analítico replicável para

outros IFs em diferentes estágios de implementação; para as políticas de assistência estudantil na EPT, o estudo reforça a necessidade de articulação orgânica entre alimentação escolar, assistência estudantil e EAN como política integrada de equidade; e, para a pesquisa acadêmica, a aplicação do ciclo de políticas de Ball ao contexto específico dos Institutos Federais abre perspectiva analítica ainda pouco explorada na literatura da área.

Portanto, pesquisas futuras poderão ampliar o escopo comparativo para outros IFs e investigar os efeitos da Lei n. 15.226/2025, que elevou o percentual de compra da agricultura familiar para 45%, sobre a sustentabilidade e o alcance da política na Rede Federal.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul pelo apoio institucional à realização desta pesquisa, e aos gestores, ex-gestores e servidores que disponibilizaram seu tempo, suas memórias e suas reflexões para a reconstituição da trajetória aqui analisada. Agradecemos também ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo suporte acadêmico ao longo de toda a investigação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S. et al. Crise sanitária da Covid-19 e as estratégias dos burocratas em nível subnacional para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 327-357, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/9018>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BALL, S. J. Education reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 6 jul. 2026.

BRASIL. Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm. Acesso em: 5 mai. 2026.

BRASIL. Lei n. 15.226, de 30 de setembro de 2025. Altera a Lei n. 11.947/2009 para elevar o percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito do PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 71, p. 1, 15 abr. 2026

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE n. 6, de 8 de maio de 2020. Define as diretrizes para a oferta da alimentação escolar no âmbito do PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 maio 2020.

CHAVES, L. G. et al. A conquista da alimentação escolar como política pública no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: MDS, 2013. p. 12-27.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Relatório Final da Comissão Central de Alimentação Escolar. Campo Grande: IFMS, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução COSUP n. 20, de 2023. Aprova a Política de Alimentação Escolar do IFMS. Campo Grande: IFMS, 2023.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.